

Barómetro das Crises

08-05-2020 | Nº 21

Novo desemprego: As fragilidades de uma opção produtiva nacional

João Ramos de Almeida

O confinamento social foi uma dura prova para os portugueses. Mas teve uma peculiaridade: revelou sinais de fragilidade daquela que parece ser a estratégia produtiva nacional – os serviços e o turismo.

Em março passado, o primeiro mês de confinamento social, os dados do novo desemprego inscrito nos centros de emprego registaram uma subida de 52.999 pessoas, correspondendo a um agravamento de 34% face ao mesmo mês de 2019. Essa evolução refletiu-se no nível do **desemprego registado** no final de março que subiu 3% face a março de 2019 e 8,9% face a fevereiro de 2020.

Quase três quartos desta subida (73%) foi explicada pelo desemprego nos serviços e, dentre esses, sobretudo em atividades ligadas ao turismo. Quando se compara essa subida com a repartição do emprego por regiões, verifica-se que foram as zonas de Lisboa e Vale do Tejo e a Sul desse território que mais se ressentiram, coincidindo com a concentração de atividades turísticas. Só o Algarve representou 20% dessa subida. Por outro lado, março – habitualmente um mês de subida do número de ofertas de trabalho – registou uma quebra de 23% em termos homólogos, da qual três quartos é explicada pelo setor dos serviços.

Segundo os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) para acompanhar os impactos da pandemia, esta tendência prolongou-se em abril, com uma média diária de cerca de 3 mil **novas inscrições** de desempregados no continente (mais 31% que em março passado) que, por sua vez, se refletiu numa subida do **desemprego registado** no continente de aproximadamente 15% em abril face a março passado e de 24% face a abril de 2019. E esses números poderão ser agravados, caso o *desconfinamento* não se reflita numa retoma imediata dessas atividades. Das 102.489 empresas com 1.258.938 trabalhadores que pediram os apoios do *lay-off* até 5 de maio passado, cerca de 80% delas e 73% dos trabalhadores laboram no setor dos serviços.

Esta concentração do desemprego nos serviços é reflexo das medidas tomadas para controlar a pandemia, mas igualmente da fragilidade de uma estratégia produtiva assente nessas atividades. Quando se observa os dados do desemprego registado nas últimas quatro décadas, verifica-se que o setor dos serviços – ao contrário das indústrias transformadoras – é aquele que se expande em fase de retoma, mas que se retrai desproporcionadamente em fase recessiva, manifestando uma enorme volatilidade. Essa volatilidade revela-se igualmente em instabilidade nas relações laborais, traduzida pelos elevados valores de inscrição de novos desempregados em cada mês e visível na amplitude entre os valores mínimos e máximos dessas inscrições ao longo das duas últimas décadas. Mesmo na última fase de retoma, os seus valores mais altos não se afastaram dos verificados noutras fases recessivas.

Desemprego registado

Conjunto de pessoas que se inscreveram nos centros de emprego por não ter emprego, estejam imediatamente disponíveis para trabalhar e terem capacidade para trabalhar, estando em busca do primeiro emprego ou, tendo já trabalhado, de um novo emprego. Esse grupo não abrange todos os que, embora pretendendo trabalhar, sejam considerados como **ocupados** ou cuja inscrição foi anulada pelos serviços do IEFP, por motivos diversos.

Ocupados

Todos aqueles que, após inscrição nos centros de emprego, tenham sido integrados em programas de emprego ou formação profissional, com exceção dos programas que visem a integração direta no mercado de trabalho

1. Introdução

Desde que a 2 de março de 2020 foram detetados em Portugal os dois primeiros casos de infeção e, sobretudo desde que a Organização Mundial de Saúde classificou a 11 de março o Covid-19 como uma pandemia, o Governo português adotou um conjunto de medidas sanitárias com largos efeitos na atividade produtiva nacional. As consequências económicas do fenómeno da pandemia e das medidas que foram adotadas para a conter podem, pois, tornar-se perceptíveis ao longo dos meses de março e abril, havendo claros indícios de que se prolongarão de forma mais acentuada nos meses seguintes. A dimensão e as características desses efeitos sobre o desemprego no primeiros meses de pandemia é o que se pretende analisar neste barómetro.

2. Informação

Para esta análise, escolheram-se os dados administrativos recolhidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), através dos centros de emprego. Por imposição legal, os centros de emprego representam a primeira porta de acesso ao subsídio de desemprego, pago pelo Orçamento da Segurança Social. Os dados do trabalhador que ficou sem trabalho, que procurou um novo emprego ou um primeiro emprego são compilados pelos serviços do IEFP, tratados administrativamente e divulgados mensalmente.

Por ser uma fonte administrativa de informação estatística e não um serviço de produção estatística, esta informação deve ser analisada com cuidado. A informação mensalmente disponibilizada é detalhada através de diferentes indicadores. Entre os principais, encontra-se em primeiro lugar os dados recolhidos do **desemprego ao longo de cada mês**. Essa informação tem a vantagem de corresponder ao movimento real de entrada de novos desempregados em cada mês, refletindo assim sobretudo a dinâmica de criação de desemprego. Esses *fluxos de entrada* incluem ainda, embora em muito menor grau, as situações em que o desempregado deixou de estar *ocupado* em políticas ativas de emprego ou deixou de estar indisponível para trabalhar. Porém, estes dados têm o inconveniente de – unicamente a partir deles – não ser possível apurar o nível de **desemprego existente no final de cada mês** (*stock* de desemprego). Um desempregado que se dirija ao centro de emprego num dado mês e, entretanto, por exemplo, consiga um contrato de três meses, volta a dirigir-se aos serviços de emprego depois desse período e os seus dados de *entrada* serão compilados duas vezes nesse espaço de tempo, sem que alguma vez os centros de emprego contabilizem ou registem nas suas estatísticas o movimento de *saída* desse desempregado. Porém, esse movimento de *saída* do desemprego é apurado pelos serviços de emprego para se calcular o valor do desemprego registado no final de cada mês. O valor do *desemprego registado* no final de um dado mês é apurado através do valor do *desemprego registado* no mês anterior, a que se soma o movimento de entrada de novos desempregados – *desempregados ao longo do mês* – e ao qual se fez subtrair tanto o número dos desempregados *Ocupados* (integrados em programas de emprego ou formação profissional), como as *anulações* de inscrição de desempregados, cujos valores e classificação raramente são divulgados pelos serviços do IEFP. Essas anulações podem ocorrer por diversas causas: desempregados que encontraram emprego, que se reformaram, que emigraram, que não responderam às convocatórias dos serviços de emprego, que resultaram das limpezas periódicas dos ficheiros, etc. Como é referido nos elementos disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), todos os meses o IEFP executa procedimentos automáticos de atualização do desemprego, cruza dados com a segurança social e verifica a situação nomeadamente de desempregados não subsidiados que estejam prolongadamente sem contacto com o IEFP, pressupondo-se que esses

Desemprego ao longo do mês

Número de registos de pessoas desempregadas efetuadas ao longo de cada mês.

Desemprego no fim do mês

Número de registos de pessoas desempregadas existentes no final de cada mês, independentemente da inscrição ter sido feita nesse mês.

desempregados sejam tidos como já não estando desempregados. Estes procedimentos administrativos, executados na ótica de um serviço de emprego, podem desvalorizar a dimensão real do desemprego.

No final, o valor do *desemprego registado* corresponde a um *stock* do volume de desempregados que se dirigiram aos serviços dos centros de emprego e que assim se mantêm sem ocupação, embora a sua dimensão deva ser analisada com cuidado, uma vez que não coincide com o **conceito estatístico de desemprego** tido em conta pela autoridade estatística nacional (Instituto Nacional de Estatística). Esta discrepância pode explicar, assim, a diferença verificada por diversas vezes entre os números de desempregados apurados pelo IEFP e pelo INE.

Desemprego segundo o INE

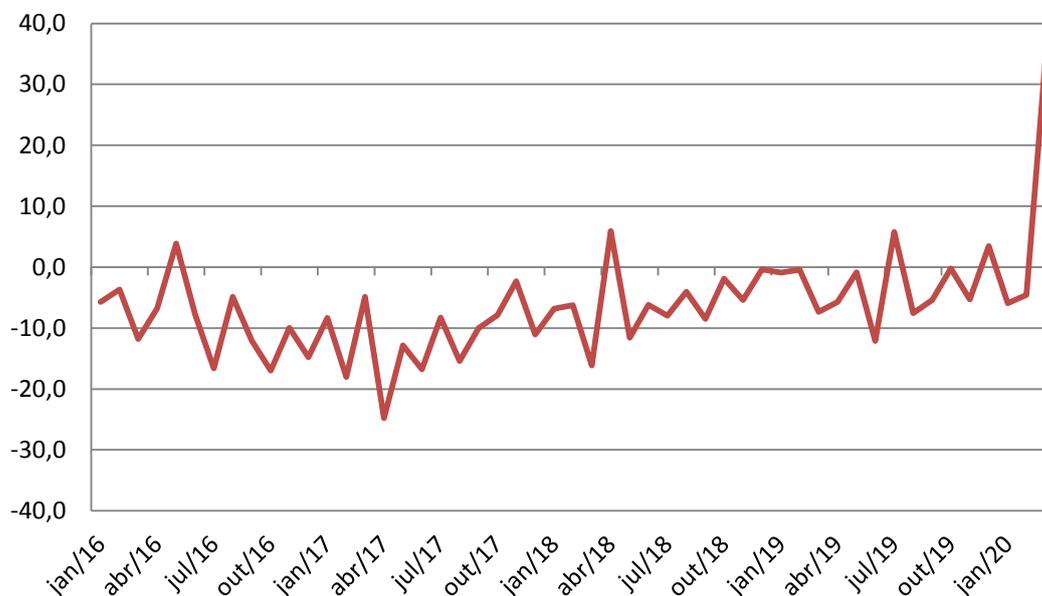
Pessoa com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; tinha procurado ativamente um trabalho, remunerado ou não, ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores); estava disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não.

3. Análise dos dados estatísticos

Em março passado, os centros de emprego registaram uma entrada de 52.999 novos desempregados. Face aos novos desempregados de fevereiro passado, este valor representa mais 13.825 pessoas, um valor muito acima da variação média entre fevereiro e março observada nos últimos anos (em 2019, nomeadamente, registou-se mesmo uma queda). Face a março de 2019, o valor de março deste ano representa uma subida homóloga de 34% (de 39.524 para 52.999), ou seja, um forte agravamento que põe fim a uma tendência de diminuição do número de novos desempregados desde meados de 2015. Segundo os dados do MTSSS apenas para o continente, o desemprego ao longo do mês de abril revela uma nova subida, embora ligeiramente mais atenuada face a março passado – mais 23,7% - embora pronunciada face a abril de 2019 – mais 78%.

Gráfico 1

Variação percentual homóloga do desemprego ao longo do mês (Portugal)

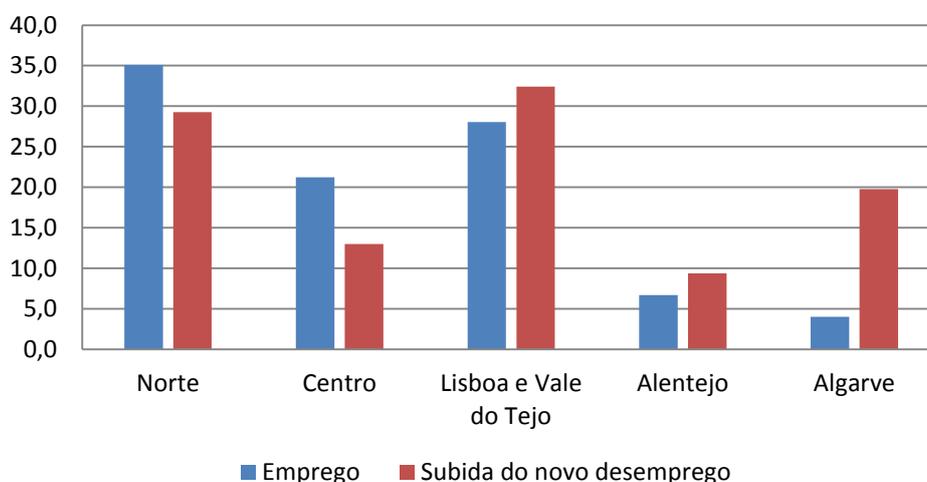


Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego

O novo desemprego em março de 2020 quando comparado com março de 2019, concentrou-se nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte (cerca de 62% do total). Mas a região do Algarve representou 20% desse acréscimo. Quando se compara o agravamento desse novo desemprego com a distribuição regional do emprego estimada pelo INE para o 1º trimestre de 2019, torna-se mais evidente que o novo desemprego foi proporcionalmente mais forte de Lisboa para sul, indiciando a influência que teve a suspensão das atividades ligadas ao turismo. O peso

do Algarve no novo desemprego é, aliás, sintomático, ao contrastar com o seu diminuto peso relativo do Algarve na estrutura do emprego, revelando as consequências de grande concentração das suas atividades em torno do turismo.

Gráfico 2
Distribuição do emprego e do novo desemprego

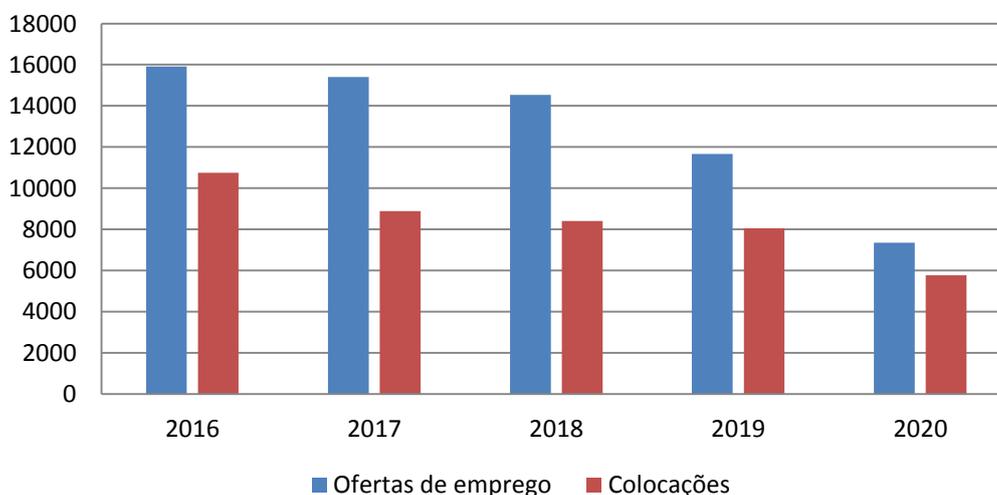


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego; IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego

Além da sua distribuição regional, os serviços do IEFP não analisam em pormenor as características do desemprego inscrito ao longo do mês. Apenas discriminam as ofertas de emprego e as colocações de desempregados efetuadas nesse período. Mas a distribuição das ofertas de emprego por ramos de atividade pode constituir um indicador do que se passou.

Março sempre foi um mês de subida das ofertas de emprego, mas neste ano, caíram 23% face a fevereiro de 2020 (de 9.585 para 7.356) e 37% em termos homólogos de 2019 (de 11.667 para 7.356). De igual modo, as colocações sofreram uma quebra de 9% face a fevereiro passado (6.334 para 5.774) e de 28% em termos homólogos de 2019 (de 8.050 para 5.774). Porém, esta descida apenas prolonga de forma abrupta o abrandamento observado desde 2019, tanto na oferta de empregos como na colocação de pessoas. O MTSSS divulgou, entretanto, dados referentes a abril passado, embora apenas para o continente. Apesar disso, observa-se que aquela tendência de março foi ainda mais pronunciada nesse mês: houve ao longo de abril 3.040 ofertas de trabalho contra 10.016 em abril de 2019.

Gráfico 3
Ofertas de emprego e colocações ao longo do mês de março

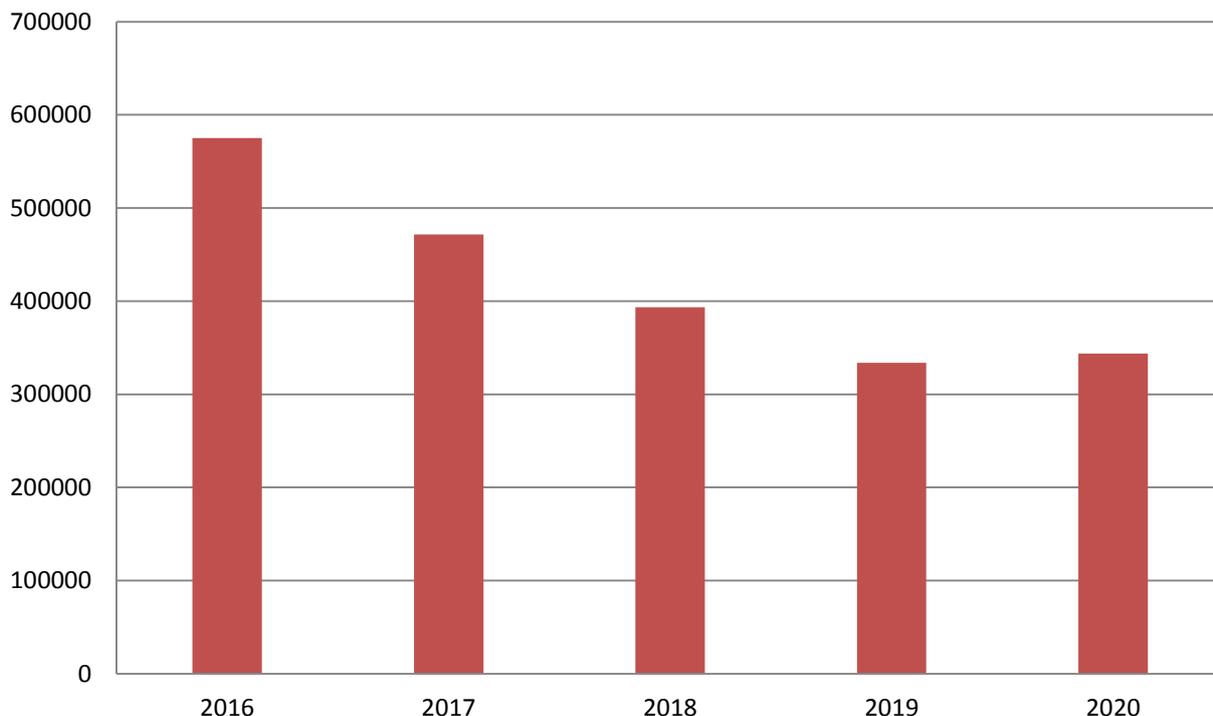


Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego

Por ramos de atividade, a quebra homóloga de ofertas de emprego afetou sobretudo os serviços (74% dessa quebra). A indústria transformadora representou apenas 8% da quebra total, a construção cerca de 6% e a agricultura cerca de 5%. Dentre os serviços, o alojamento e a restauração concentrou 40% da quebra dos serviços, o imobiliário cerca de 19% e o comércio retalhista e grossista cerca de 16%.

Este perfil de evolução é igualmente visível na variação do desemprego registado em março.

Gráfico 4
Desemprego registado em março



Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego

Face a fevereiro passado, o desemprego registado no país subiu 28.199 pessoas (de 315.562 para 343.761 pessoas). Essa subida repartiu-se quase de igual modo entre homens e mulheres (respetivamente de 49 e 51%), foi marcada pelas inscrições nos centros de emprego há menos de um ano (80%), em busca de um novo emprego e afetou de sobremaneira as pessoas menos qualificadas (59,2% tinham o ensino básico ou menos ainda e 33% o ensino secundário).

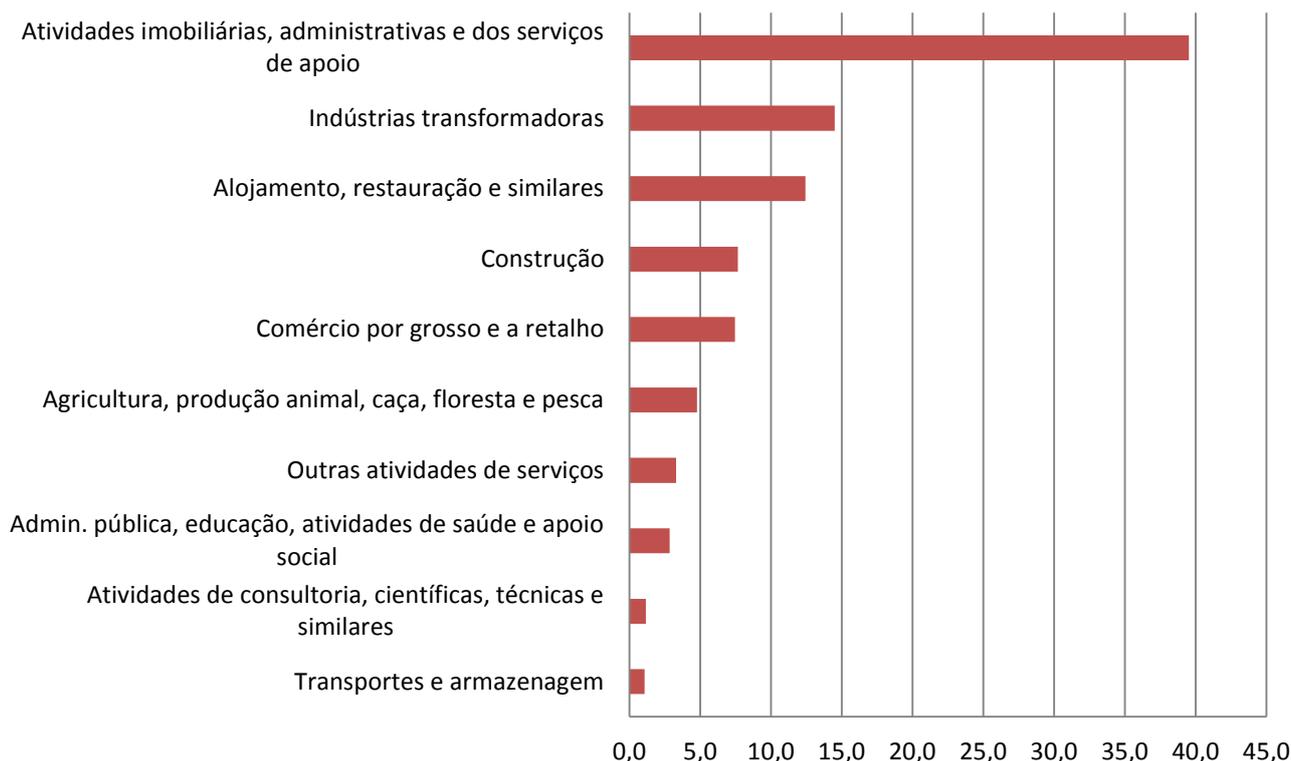
Por ramos de atividade e face a fevereiro passado, a subida do desemprego registado teve origem sobretudo em quem estava a trabalhar no setor dos serviços (73,1% da subida do desemprego registado), enquanto a agricultura, produção animal, caça, florestas e pesca explicou apenas 4,8%, a construção cerca de 7,7% e as indústrias transformadoras cerca de 14,1%. Nos serviços, releve-se o setor imobiliário e serviços de apoio às empresas que concentrou cerca de 40% da subida total do desemprego registado.

O elevado peso destas atividades pode ser enganador, já que, em parte, se deve ao facto de o IEFP juntar duas atividades distintas: o imobiliário e as atividades administrativas e serviços de apoio. Esta última atividade agrega, por seu lado, atividades bastante distintas como trabalho temporário, agências de viagem, sistemas de segurança, organização de feiras e eventos, aluguer de veículos, serviços de limpeza, fotocópias, agências de colocação de pessoal, jardinagem, call-centers, operadores turísticos, atividades de avaliação de crédito, cobranças, atividades de investigação.

Para que se possa ter uma ideia do seu peso relativo, por exemplo em 2018, as principais atividades dos serviços foram, nesse período, o comércio com 27% dos seus trabalhadores, seguida das atividades administrativas e de apoio às empresas com 15,2%, da saúde e apoio social com 13,6%, do alojamento e restauração com 12,5%. O imobiliário apenas tinha 1,2% dos trabalhadores dos serviços.

Gráfico 5

Distribuição percentual da subida do desemprego registado, em março face a fevereiro de 2020



Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego

Os dados do MTSSS referentes a abril passado (apenas para o continente) revelam uma subida mais pronunciada do desemprego registado. Em março, havia um *stock* no continente de 321.164 pessoas, que correspondera a uma subida de 3,7% face ao mesmo mês de 2019. Em abril, o desemprego registado no continente subiu para 368.925 pessoas, ou seja, mais 47.761 pessoas face a março de 2020, (uma subida de 15%), mas de 71.300 pessoas face a abril de 2019 (uma subida de 24%). Assinale-se que a tendência recente dos valores do desemprego registado nas regiões autónomas pesam pouco no cômputo nacional e não tem diferido substancialmente da verificada no continente, pelo que a subida observada no continente poderá indiciar uma subida em abril nos valores do desemprego registado no país.

Esta subida do desemprego não está, contudo, a ser acompanhada na sua totalidade por uma proteção dos desempregados pelo subsídio de desemprego. Dos 343.761 desempregados inscritos nos centros de emprego em março passado, havia apenas 173.815 desempregados com subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego, subsequente ou medidas de apoio a desempregados de longa duração, ou seja, cerca 50,6%. De 16 de março ao final de abril, de acordo com os dados divulgados pelo MTSSS, os serviços da Segurança Social receberam mais 82.270 pedidos de subsídio de desemprego, antevendo-se a continuação dessa desproteção social.

4. Ciclos e desemprego

A concentração do desemprego no setor dos serviços está diretamente influenciada pela forma como se levou a cabo a contenção da pandemia, nomeadamente através da suspensão de atividades que podiam contribuir para a sua propagação entre a população. E esse tipo de efeitos deverá prolongar-se nos próximos meses.

O agravamento do desemprego verifica-se apesar das medidas de manutenção dos postos de trabalho (*lay-off* simplificado) que obrigaram as empresas abrangidas a não despedir os seus trabalhadores por despedimento coletivo ou por extinção do posto de trabalho, permitindo todavia todas as outras formas de despedimento. A 4 de maio, esses apoios abrangiam já 102.489 empresas com um total 1.258.938 trabalhadores, dos quais 73% no setor

dos serviços. Entre as atividades dos serviços, assinala-se o alojamento e restauração e o comércio (ambos com 17,9% do total) e as atividades administrativas de apoio às empresas (11,3% do total). As empresas aderentes ao *lay-off* nestas três atividades abrangem já 599.007 pessoas.

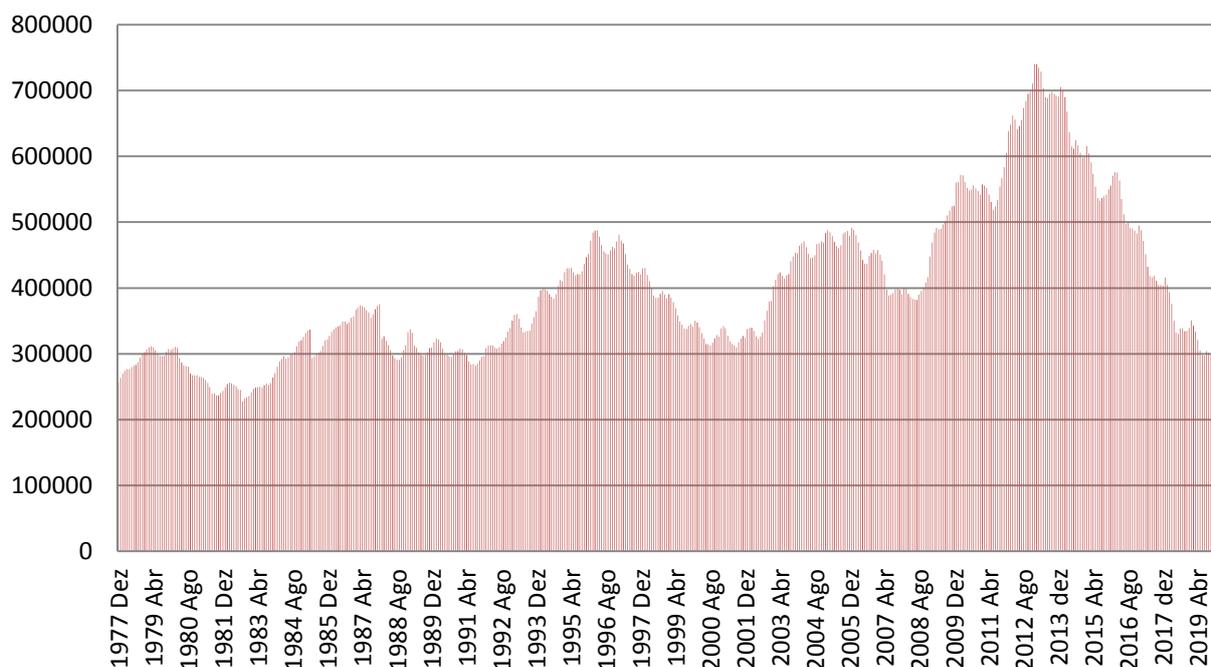
O *lay-off* em atividades atualmente *pendentes de apoios públicos* pode representar, contudo, uma antecâmara do desemprego de largas camadas de trabalhadores se a retoma económica não se verificar no final desses apoios ou, verificando-se, se as atividades onde trabalhavam deixarem de ser sustentáveis, numa conjuntura pós-Covid-19.

A fragilidade que se antevê no mundo do Trabalho em Portugal – que, a confirmar-se, poderá ter efeitos prolongados na desvalorização salarial, revertendo a tendência que se observava nos últimos meses anteriores à pandemia - não é, porém, fruto apenas da propagação do vírus.

Fragilidade estrutural

Quando se analisa os valores relativos à série longa dos valores do desemprego registado nos centros de emprego em Portugal das últimas 4 décadas, é possível retirar três conclusões.

Gráfico 6
Desemprego registado



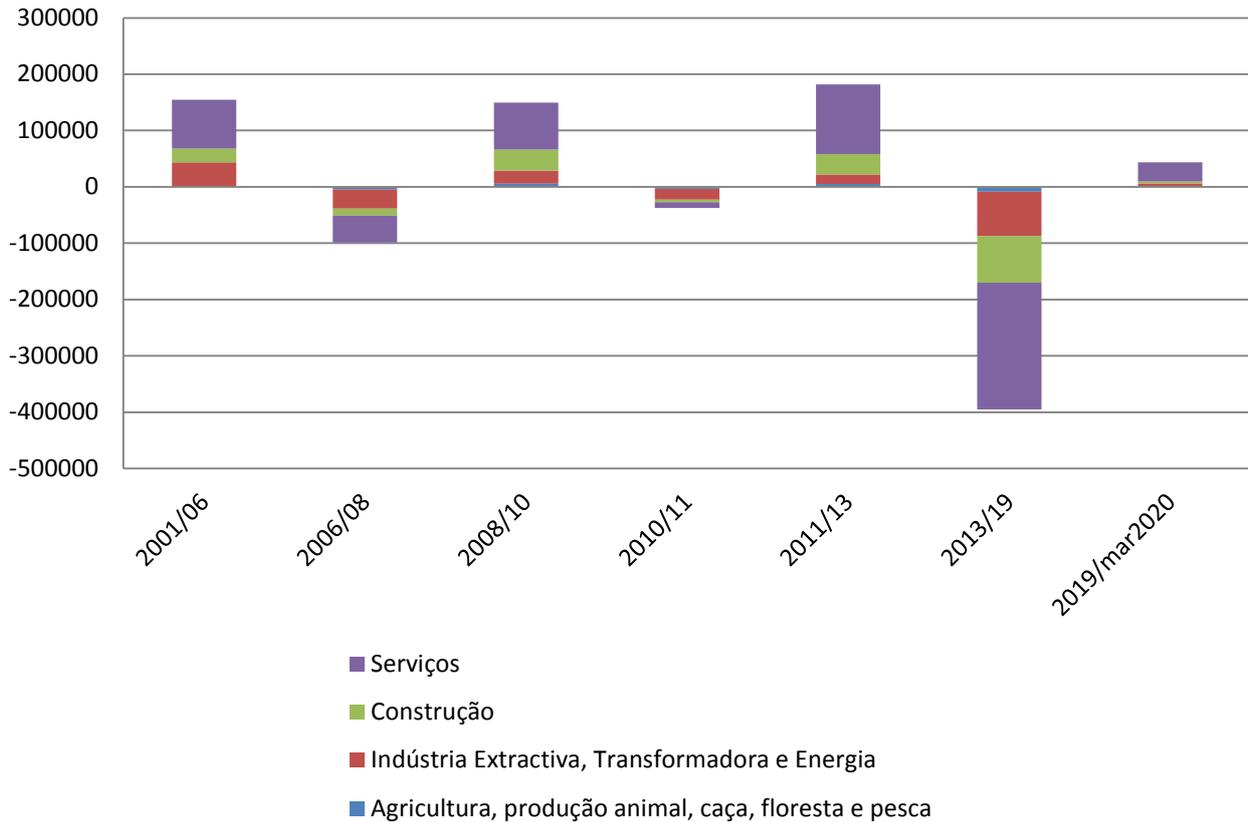
Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego

A primeira é a de que os ciclos económicos de recessão e retoma têm sido marcados, cada vez mais, pelas expulsão e absorção de trabalhadores das atividades de serviços.

Nos últimos 40 anos, verificaram-se oscilações cíclicas nos valores do desemprego registado (ver gráfico acima). Quando se desagregam os movimentos dos últimos 20 anos por setor de atividade (não foi possível obter valores mais recuados devido ao fecho de serviços por causa da pandemia), verifica-se que foi o setor dos serviços aquele que marcou, de sobremaneira, a evolução do desemprego criado (variações positivas) e destruído (variações negativas), registando-se uma elevada volatilidade. E que essa volatilidade parece, com o tempo, ter vindo a ampliar-se.

Gráfico 7

Evolução do desemprego registado por atividade nos períodos recessivos e de retoma



Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego

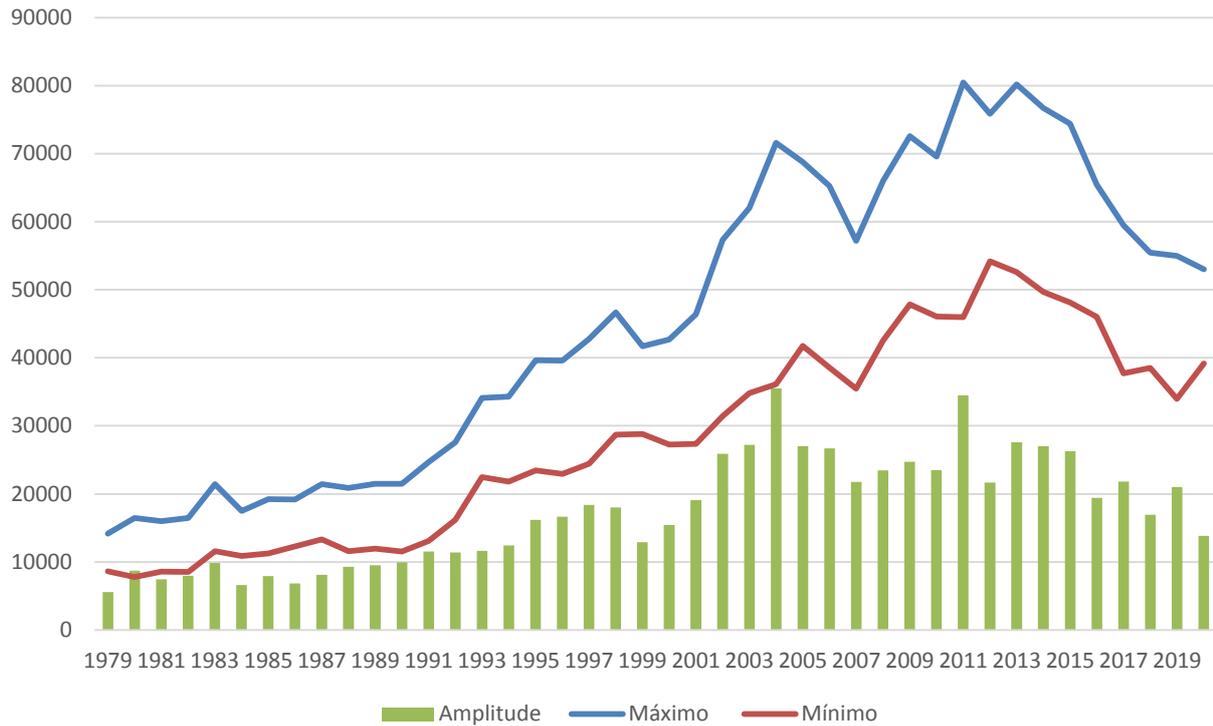
Desde o início do século XXI e até ao início da retoma em 2013, os serviços tiveram uma subida do nível de desemprego registado de mais 236.157 pessoas, contra 29.615 do setor industrial. Apenas em 2019 os serviços recuperaram o nível de emprego observado no início do século XXI. Por outro lado, o setor industrial revelou – comparativamente - uma maior dificuldade de criação de postos de trabalho, embora nos períodos de recessão, esses postos de trabalho tenham resistido melhor à sua destruição. Em março de 2020, o setor industrial tinha menos 43.616 pessoas desempregadas do que o início do século XXI, enquanto os serviços registavam ainda mais 45.106 pessoas desempregadas do que no início do século.

A segunda conclusão é a de que essa concentração de atividades no setor dos serviços parece ampliar a instabilidade no mundo do Trabalho. Mesmo nas fases de retoma económica e, portanto, de descida continuada do desemprego, o movimento de inscrição e de anulação de desempregados inscritos ao longo dos meses não parece atenuar-se, o que indicia uma elevada instabilidade contratual nas atividades desse setor dos serviços, seja fruto da sazonalidade das atividades, seja por reflexo das alterações à legislação do Trabalho introduzidas desde 2003, seja pela opção do tipo de contratos usados pelo setor. Essa maior instabilidade é visível tanto na dimensão dos contingentes de novas inscrições de desempregados, como na cada vez maior amplitude na dimensão desses diversos contingentes mensais de novos desempregados que se inscrevem nos centros de emprego ao longo de cada ano. Essa amplitude apenas se atenuou na última fase de retoma económica, mas mesmo assim não se chegou aos valores mais baixos de amplitude observados nos anos 80.

O gráfico seguinte ilustra – para os últimos 40 anos - os valores máximos e mínimos do desemprego inscrito ao longo de cada mês de cada ano. Nele, é visível, em primeiro lugar, a progressiva instabilidade ao longo de cada ano na dimensão dos contingentes de desemprego. Apesar de não ser visível, o valor referente a março de 2020 regista um salto face ao de fevereiro, passando de uma linha de valores mínimos (como é habitual em março), para o máximo até agora registado em 2020, indiciando uma forte subida nos próximos meses e nos valores médios de 2020. Por outro lado, o gráfico representa igualmente o valor da amplitude entre esses valores máximo e mínimo em cada ano.

Gráfico 8

Máximos e mínimos mensais do desemprego registado ao longo de cada mês



Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego

Finalmente, são essas atividades do setor dos serviços e a sua instabilidade permanente que influenciam e explicam - nas últimas décadas - a subida do nível médio do desemprego verificado ao longo de cada mês.

Mesmo quando se verificou a retoma económica iniciada em meados de 2013, que esteve na base de uma pronunciada descida do desemprego e da significativa subida do emprego, essa alteração no mundo do Trabalho não conseguiu fazer recuar o nível do desemprego inscrito em cada mês abaixo do nível observado a partir do século XXI. Mesmo nessa conjuntura favorável, e apesar de todas as políticas ativas de emprego que esteve cada vez mais no âmago das políticas comunitárias ligadas ao emprego, o nível médio do desemprego registado não parece conseguir descer abaixo dos 300 mil desempregados que se verificam desde há 40 anos.

Estas características parecem revelar duas facetas do mesmo fenómeno. Por um lado, a concentração da maior parte dos trabalhadores portugueses nas atividades dos serviços revela aquela que acabou por ser a verdadeira opção de estratégia produtiva nacional. Mas ao mesmo tempo, a forte oscilação do desemprego inscrito nessas mesmas atividades ao longo de cada ano parece revelar a sua fragilidade intrínseca.

Estas limitações na opção de estratégia produtiva nacional acabam por ganhar uma importância maior quando um choque exterior à dinâmica do país obriga ao fecho das portas de parte significativa da economia nacional e da população ativa do país, pondo em causa – de um momento para outro - a sua sustentabilidade e sobrevivência. Estas conclusões apontam para uma fragilidade intrínseca à estratégia produtiva nacional.

Tabela 1
Desemprego Registrado (Portugal)

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
2015	615654	604314	590605	573382	554070	536656	532698	536581	538713	542030	550250	555167
2016	570380	575999	575075	562934	534958	511642	497663	498763	491107	490589	486434	482556
2017	494730	487629	471474	450961	432274	418189	416275	418235	410819	404564	404625	403771
2018	415539	404604	393335	376014	350174	332395	330587	338147	338935	334241	334897	339035
2019	350772	342702	333776	321240	305171	298191	297290	304330	301282	300019	305961	310482
2020	320558	315562	343761									

Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego; MTSSS, Monitorização COVID19-4Maio

Tabela 2
Desemprego registado (Continente)

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
2015	580 961	569 857	556 576	539 323	520 444	503 481	500 176	503 961	506 162	508 850	516 643	521 611
2016	536 750	542 077	541 570	529 966	502 764	480 091	466 741	468 282	461 037	460 548	456 449	452 652
2017	464 821	457 920	441 911	422 249	404 470	391 541	390 035	392 182	385 009	378 786	378 870	377 791
2018	389 580	378 674	367 458	350 209	325 160	308 245	306 779	314 419	315 406	310 556	310 931	315 093
2019	326 526	318 523	309 841	297 625	282 292	275 950	275 261	282 365	279 388	278 136	283 866	288 176
2020	297 931	293 016	321 164	368 925								

Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego; MTSSS, Monitorização COVID19-4Maio

Tabela 3

Desemprego ao longo do mês (Continente)

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
2015	68 881	55 675	60 610	53 765	48 152	53 650	56 697	52 955	74 412	70 194	64 695	54 033
2016	64 934	53 632	53 464	50 136	50 006	49 496	47 270	50 372	65 454	58 289	58 242	46 032
2017	59 506	43 954	50 848	37 706	43 573	41 206	43 355	42 596	58 887	53 715	56 884	40 939
2018	55 455	41 216	42 650	39 933	38 521	38 662	39 896	40 869	53 881	52 693	53 806	40 791
2019	54 968	41 049	39 524	37 655	38 202	33 978	42 190	37 775	50 978	52 583	50 955	42 195
2020	51 723	39 174	52 999	63 643								

Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego; MTSSS, Monitorização COVID19-4Maio

Tabela 4

Ofertas de emprego ao longo do mês (Continente)

	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
2015	15 500	13 367	16 286	17 187	16 204	15 696	14 935	13 183	16 659	15 786	12 949	10 228
2016	15 240	15 229	15 914	13 838	16 365	15 713	11 576	9 195	10 740	9 116	7 954	5 762
2017	10 805	13 623	15 410	10 588	16 460	13 024	11 034	9 999	11 556	14 529	9 838	6 719
2018	12 804	10 506	14 529	10 459	12 301	11 844	9 356	9 962	11 710	12 218	9 039	5 925
2019	12 087	10 396	11 667	10 016	12 984	10 384	10 839	9 006	11 940	10 602	8 654	6 906
2020	11 743	9 585	7 356	3 040								

Fonte: IEFP, Informação Mensal do Mercado de Emprego; MTSSS, Monitorização COVID19-4Maio

Observatório sobre Crises e Alternativas

CES Lisboa

Picoas Plaza

Rua do Viriato, 13, Lj 117 / 118

1050-227 Lisboa

Tel. +351 216 012 848

Fax. +351 239 855 589

observatoriocrises@ces.uc.pt

www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt

